



Foto Reginaldo Manente

Ao centro Ruy Mesquita, que presidiu a inauguração

Certeza da dívida externa é a obrigação de pagar

O Brasil, uma elevada dívida externa por opção própria. E seria um erro atribuí-la exclusivamente às constantes elevações dos preços do petróleo, a partir de 1973. A dívida externa brasileira decorre de uma decisão anterior, da opção brasileira de integrar-se precocemente às economias internacionais. Esta é a opinião do professor Albert Fishlow para quem a única certeza sobre a dívida externa brasileira "é a obrigação de pagar", pois os benefícios, e mesmo os custos reais, "constituem uma incógnita". Afinal, segundo ele, uma das consequências da integração à economia internacional é a "incerteza quanto ao seu resultado final".

A necessidade de financiar o rápido aumento das importações causadas pelo "milagre brasileiro" gerou o início da dívida externa — para o professor Fishlow, "um elemento consciente de uma estratégia de desenvolvimento". Teve-se, a partir daí, um "crescimento econômico puxado pelo endividamento", sendo possível, assim, expandir-se o consumo e o investimento. No caso brasileiro, "somou-se à fome o desejo de comer": o mercado financeiro europeu estava em busca de novos parceiros, para emprestar, e o Brasil era o favorito. Esta opção pelos empréstimos externos privados fez com que o Brasil, segundo o professor Fishlow, se apoiasse, mesmo depois do aumento dos preços do petróleo, no binômio crescimento-endividamento.

Fishlow observa, na sua conferência, que recorrer aos empréstimos externos não era uma decisão necessária, embora reconheça que, para o Brasil, em particular, "não era uma opção muito atraente e não parecia aconselhável desacelerar o consumo, logo após o aparente 'milagre econômico'". O Brasil, ao optar pelo crescimento com endividamento, assinala o professor, acabou contribuindo para a reciclagem global dos eurodólares.

Com a decisão tomada, o grande aumento da dívida foi consequente, por uma razão lógica: era preciso recorrer a novos empréstimos para o pagamento do serviço anterior. Ao falar da opção pelos empréstimos privados, "que são mais práticos em relação aos empréstimos oficiais", o professor Fishlow cita, como desvantagens dessa escolha os juros mais altos e os prazos de vencimento mais curtos, "que provocam a contínua elevação do serviço da dívida e aumentam a vulnerabilidade dos devedores às flutuações cambiais".

ESTRATÉGIA PRECÁRIA

Um dos principais argumentos para a opção de endividamento adotado pelo Brasil, nos últimos dez anos, lembra Fishlow, era o "dinheiro barato". Entretanto, segundo ele, o "endividamento é uma estratégia precária: tem-se que enfrentar taxas de juros cada vez mais altas, na década de 80, para pagar dívidas contraídas na década de 70, supostamente baratas, o que já não é tão bom negócio". Cita, como exemplo, as taxas de juros atuais, que se aplicam não apenas sobre os empréstimos feitos agora, mas contraídos pelo Brasil na década de 70. E cerca de 70% dos empréstimos contraídos incluem-se nesta categoria. Como consequência, uma elevação de 1% na taxa de juros, ao longo de um ano, traduz-se numa elevação

de US\$ 400 milhões no serviço da dívida, enquanto um aumento no preço do petróleo, de US\$ 1, produz apenas três quartos desse efeito — afirma.

"Pode o Brasil evitar a clássica crise de liquidez, que já o ameaça há mais de um ano, e com quais consequências?" — pergunta Fishlow, para quem isso é possível desde que: 1) se consiga um contínuo afluxo de capitais, a curto prazo; 2) se recorra ao Fundo Monetário Internacional e, 3) e se adote uma política de médio prazo para reduzir a vulnerabilidade do País.

Quanto à primeira condição, Fishlow diz que o Brasil deve enfrentar por mais alguns anos um déficit anual em conta corrente da ordem de US\$ 12 a 15 bilhões (a conta comercial deverá contribuir com menos da metade). As necessidades de amortização devem adicionar outros US\$ 10 bilhões por ano. E os ganhos com exportações previstos — mesmo com um crescimento substancial — situam-se em torno de US\$ 4 a 5 bilhões, apenas. "Em outras palavras, é preciso endividar-se mais para atender ao problema da dívida", observa. Mesmo com o incremento das exportações, esta aritmética só poderá ser alterada se em vários anos se obtiver êxito. Enquanto isto, a dívida irá aumentando, devendo duplicar nos próximos cinco anos, em termos nominais — acrescenta o professor.

O que se faz hoje no Brasil (empenho em assegurar continuidade do afluxo de créditos externos, um crescimento a níveis moderados e uma política econômica ortodoxa), visa mais a tranquilizar a atenta comunidade internacional do que a produzir resultados concretos afirma o professor, ao sugerir auxílio do FMI. Evitar recorrer ao FMI, para ele, resulta numa "independência limitada" e as vantagens, apesar de atraentes, acabam custando caro, pois o saldo, ironicamente, "pode exigir políticas internas altamente restritivas".

ESTRATÉGIA NECESSÁRIA

Não é possível, para Fishlow, eliminar definitivamente o problema da dívida externa por meio da renegociação, ou mesmo da simples rejeição: o reescalonamento raramente é tão generoso a ponto de aliviar a carga. "Uma estratégia necessária ao Brasil — diz o professor — consiste basicamente no aumento das exportações e do nível de poupança proporcional à renda; redução do consumo de energia e prosseguimento do recurso ao financiamento externo. Estas políticas, para ele, devem ser elaboradas e implementadas "num clima desejável de mais ampla expressão política". Trata-se de uma economia de austeridade interna, "quando a atmosfera predominante é a busca de compensação pelos sacrifícios feitos no passado".

Ao mesmo tempo em que reconhece que a internacionalização da economia brasileira é uma realidade, Fishlow diz que as responsabilidades internacionais "terão de acomodar-se a essa nova realidade". E os intermediários financeiros privados, por melhores que sejam, "não podem continuar carregando todo o peso".